

Cabral teme Carta inaplicável

E alerta: sem acordo, emendas conflitantes vão passar

GIVALDO BARBOSA



Para Cabral, o risco maior é a aprovação de propostas conflitantes

Se os constituintes não se esforçarem para aprovar um documento final coerente, sem a preocupação de votar e aprovar as propostas de interesses individuais, há o grave risco de produzirem um texto irremediavelmente lacunoso, inócuo e inaplicável.

Este alerta foi feito pelo relator da Constituinte, Bernardo Cabral (PMDB/AM), na apresentação do parecer sobre as 2.023 emendas oferecidas ao Projeto da Comissão de Sistematização, encaminhado de madrugada a todos os 559 constituintes. Ele reclamou das alterações regimentais patrocinadas pelo Centrão, "que tornaram extremamente penosa" a tarefa do relator e advertiu que se não houver desprendimento por parte dos constituintes durante as discussões e votações, todos os longos meses de trabalho da Constituinte serão atirados ao vento, com conseqüências imprevisíveis.

Para impedir a concretização da ameaça de se chegar a um texto constitucional incoerente e inviável, Bernardo Cabral sugeriu a necessidade de se firmar um "pacto fundamental" capaz de superar as dificuldades em plenário. Estas dificuldades surgirão, por exemplo, quando os constituintes se depararem com emendas conflitantes, o que inevitavelmente acontecerá, em decorrência do fato de o relator estar impossibilitado de subemendar ou apresentar substitutivo nesta fase.

— Dessa rigidez regimental — disse Cabral — decorre o considerável risco de aprovação de emen-

das conflitantes e, como perigo maior ainda, o de se derrubar matéria constante do projeto, sem a correlata aprovação de emenda que a substitua integralmente.

A modificação regimental aprovada em janeiro, segundo Cabral, alterou profundamente a sistemática até então traçada para o processo constituinte. A possibilidade de apresentação de emendas a títulos, capítulos, seções e subseções dificultou o trabalho de análise pelos relatores, que se viram às voltas com a comparação e seleção de várias versões diferentes, e às vezes conflitantes, entre as emendas e o projeto da Sistematização.

Sempre ressaltando o privilégio regimental absoluto das emendas coletivas — com mais de 280 assinaturas — em relação às emendas individuais, o relator explicou que lhe restou como única alternativa acolhê-las todas. Mas no relatório encaminhado ontem, anuncia que "por um compromisso de transparência e coerência", decidiu dar o seu parecer pessoal a cada uma das emendas coletivas, antecipando como será seu voto a respeito, em plenário.

Ironizando o Centrão, Cabral disse que a "participação do grupo reproduzindo o texto da Comissão de Sistematização foi altamente elogiável, porque assim 80 por cento do texto foram confirmados". Acrescentou que há 10 por cento de discordâncias e outros 10 por cento que serão aprimorados pelo plenário. Veja abaixo o parecer do relator sobre alguns pontos polêmicos.

Brizola acredita que é "o amor secreto do povo"

São Paulo — "Sinto que sou uma espécie de amor secreto do povo brasileiro", proclamou o ex-governador Leonel Brizola durante um jantar oferecido no final da noite de quarta-feira a um grupo de cerca de 30 jornalistas na Churrascaria Rodeio, nos Jardins, na Zona Sul de São Paulo. Descontraído e falando quase que ininterruptamente por cerca de duas horas, Brizola garantiu que ganha as eleições para Presidente da República no primeiro turno.

O jantar, organizado pelo diretório regional do PDT e que custou C\$ 28 mil pagos com um cartão de crédito pelo presidente regional do partido, deputado federal Adhemar de Barros Filho, foi o primeiro de uma série de contatos que o ex-

governador pretende manter com a imprensa local com vistas a sua candidatura a Presidente da República. Os assessores do ex-governador já estão à procura de um imóvel em São Paulo a fim de instalarem o escritório político de Brizola que funcionará durante a campanha eleitoral.

Classificando-se como "um homem providencialista", Brizola revelou dois grandes temores nas eleições presidenciais: um novo caso Proconsult e a invocação por parte dos adversários da exigência da maioria absoluta. Por outro lado, o ex-governador disse não estar preocupado com o pequeno espaço de tempo que teria na televisão durante a campanha em comparação ao seu concorrente do PMDB.

Emenda mista sobre regime chega à Mesa

A Mesa da Constituinte recebe hoje o texto final da emenda presidencialista de autoria do deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) e do senador Humberto Lucena (PMDB-PB) que fundiram suas propostas, passando a contar com 354 assinaturas e será, assim, a primeira a ser votada quando o plenário iniciar a apreciação do capítulo do sistema de governo. Maurílio tem certeza de que a emenda alcançará 280 votos, tirando da pauta todas as demais propostas que tratam do sistema de governo.

"Acredito que o presidencialismo, na proposta que apresentamos, estará definitivamente incorporada à Carta Magna, já que precisa de pouco mais da metade do apoio dos que a subscreveram", diz o deputado informando que o senador a princípio queria deixar para a Comissão de Sistematização o trabalho de adaptação do texto constitucional, caso fosse aprovado o presidencialismo. A emenda de Lucena só propunha alteração na parte que tratava do Poder Executivo, deixando o Legislativo na forma parlamentarista, como foi aprovado na Comissão de Sistematização.

Votação do regime unirá PDT e Governo

O deputado pedetistaIVALDO BARBOSA (RJ), prevê a aproximação de seu partido ao grupo governista num esforço conjugado para tornar viável o presidencialismo nas votações em plenário que terão início dia 27, caso o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, insista na manutenção do sistema parlamentarista no texto constitucional. "Sem abdicar do mandato de quatro anos para Sarney uniremos nossos votos pela aprovação do presidencialismo, tendência majoritária parlamentar", afirma.

Comentando declarações do senador José Fogaça, um dos auxiliares de Cabral na confissão do parecer,IVALDO BARBOSA disse não ter encontrado qualquer falha na emenda presidencialista assinada conjuntamente por ele, os senadores Humberto Lucena, Edison Lobão e o deputado federal Theodoro Mendes, quanto às atribuições do Poder Legislativo, em cuja matéria Bernardo Cabral observa "omissões e imperfeições".

Apesar de receber parecer favorável de Cabral, a emenda presidencialista, segundo o senador Fogaça, acabou prejudicada pela que propõe o sistema parlamentarista "tecnicamente melhor disposto no projeto da Sistematização".

Já o deputado Victor Faccioni (PDS-RS) salienta que a manutenção do parlamentarismo é convalidado ao contrário do que dizIVALDO, justamente porque "compreensão majoritária dos congressistas da superioridade do regime de gabinete sobre o presidencialismo".

Parecer aprova Gabinete

O PARECER DE CABRAL SOBRE: SISTEMA DE GOVERNO — Extra-oficialmente, o parecer do relator é pela rejeição da emenda presidencialista do senador Humberto Lucena, por considerá-la tecnicamente inviável. Ele alerta os constituintes para a incongruência entre o que consta do capítulo que trata do Poder Executivo e o que se refere ao Poder Legislativo. No parecer, ele relata as contradições existentes pelo fato de a emenda não englobar o Poder Legislativo, lembrando que a alteração pretendida não é da harmonia, mas do confronto e do desequilíbrio, com o surgimento de graves crises institucionais e ameaças constantes à estabilidade democrática. Apesar da ressalva, pelo privilégio das 345 assinaturas, a emenda foi oficialmente acolhida e irá à votação, mas a opção de voto do relator é pela aprovação da emenda parlamentarista do deputado Egídio Ferreira Lima que ele recomenda aos demais constituintes aprovar. "Esta emenda é tecnicamente correta e politicamente abrangente, além de observar uma rigorosa adequação a toda a dinâmica que rege o capítulo do Poder Legislativo".

MANDATO PRESIDENCIAL — A emenda Matheus Iensen, que propõe cinco anos de mandato para o presidente José Sarney, nas disposições transitórias, foi acolhida por conter mais de 280 assinaturas. No corpo de seu parecer, entretanto, o relator lembra que o texto aprovado pela Comissão de Sistematização inclina-se por um mandato de apenas quatro anos, findo em 15 de março de

1989. Tecnicamente, ele diz que a matéria não requer alta indagação jurídica, estendendo-se mais ao campo político. A emenda terá sua ida ao plenário assegurada por causa das assinaturas, mas Cabral ressalta sua preferência de voto pelos quatro anos, contrária à pretensão de Iensen. No corpo permanente do texto constitucional, o relator acolheu favoravelmente emenda do senador Mário Covas (PMDB-SP) propondo quatro anos de mandato para todos os presidentes da República que forem eleitos daqui em diante.

No resumo do parecer encaminhado a alguns constituintes ontem, Bernardo Cabral chega a listar algumas emendas individuais que poderão ser destacadas para garantir o texto aprovado pela Comissão de Sistematização, derubando os dispositivos apresentados pelo Centrão e que desfiguram o projeto. Mesmo tendo preferência automática para votação em plenário, as propostas do Centrão poderão ser derubadas se os destaques de emendas individuais tiverem o voto favorável de 280 constituintes.

Hoje inicia o prazo de 48 horas para publicação e distribuição dos avulsos do parecer do relator, que garantiu ontem tê-lo entregue no prazo regimental. O relatório, segundo Cabral, foi entregue ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, antes da meia-noite do dia 20. O atraso da reprodução do parecer ficou por conta do Serviço de Processamento de Dados do Senado (Prodasen). A próxima fase agora é a de encaminhamento dos pedidos de destaques.

Corrente humana vai cercar o Congresso

No dia 4 de fevereiro, uma semana após o início da votação do projeto de Constituição pelo plenário da Constituinte, o Congresso Nacional será cercado. Este cerco, porém, não pretende lembrar em nada outras situações em que o gramado do Congresso foi ocupado por tropas militares. Desta vez, é o povo, representado pela Frente Nacional de Entidades Sindicais Democráticas e Populares em Defesa dos Interesses do Povo na Constituinte, que vai dar as mãos e fazer uma corrente humana em torno do prédio do Congresso.

A corrente não terá o sentido de um abraço fraterno, mas de cobrança, de mostrar aos parlamentares que a população está alerta para o que está acontecendo na Constituinte — afirma a jornalista Reiko Miura, primeira — secretária da Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas), uma das entidades responsáveis pela organização do movimento "Acorda Brasil, antes que eles acabem com você".

A Frente nasceu da plenária que reuniu mais de 1 mil 200 sindicalistas e re-

presentantes de entidades da sociedade civil no dia 3 de dezembro no auditório Petrólio Portella. Coincidentemente, foi o dia da primeira vitória do Centrão, com a modificação do Regimento Interno. Os sindicalistas tinham ido até às galerias assistir aos trabalhos da Constituinte e, revoltados com o que viam, fizeram uma manifestação de protesto que foi assistida pelo país inteiro e assustou os membros do Centrão.

O início das votações vai encontrar o policiamento interno e externo do Congresso reforçado, como pediu o Centrão. Aos 130 seguranças da Câmara vão se juntar 40 seguranças do Senado que ficarão responsáveis pela guarda do salão verde, plenário e galerias. Nos gramados e estacionamentos, vão ficar 70 policiais militares cedidos pelo governador José Aparecido.

Estes policiais têm ordem para impedir manifestações populares no gramado, e nas galerias só poderão entrar os 438 portadores de senhas distribuídas pelas lideranças dos partidos.



Briga acaba em intervenção

Recife — A executiva nacional do PDT decretará intervenção no diretório regional de Pernambuco na próxima semana, para tentar pôr fim às divergências internas que separam o secretário-geral do partido, ex-deputado José Carlos Guerra, e o candidato declarado à prefeitura da capital, deputado estadual João Coelho.

A informação foi confirmada ontem pelo próprio José Carlos, apontado como "pivô" da crise do PDT por não concordar com a candidatura de Coelho à prefeitura. Ele alega que é um erro o PDT dividir as forças populares de Pernambuco, que se sagraram vitoriosas nas eleições de 1985 e 1986, com um candidato que não tem consistência política nem eleitoral para derrotar o governador Miguel Arraes e o prefeito Jarbas Vasconcelos no Recife.

Além desse aspecto, José Carlos admite que tem "divergências pessoais" com o deputado João Coelho (estão sem se falar desde as eleições de 86), que o teria traído na campanha. O deputado celebrou alianças eleitorais com candidatos do PFL e do PMDB, e relegou a um plano secundário os concorrentes do partido. Resultado: apesar de ter obtido boa votação na eleição, nenhum dos candidatos a deputado federal do PDT com quem João Coelho fez aliança conseguiu eleger-se.

José Carlos Guerra reafirma seu compromisso com a candidatura de Brizola à sucessão de Sarney mas entende que essa candidatura não pode ficar presa a "compromissos municipais", como deseja João Coelho, "porque senão perderemos as eleições".